

*JOÃO JOSÉ REIS
e EDUARDO SILVA*

*NEGOCIAÇÃO E CONFLITO
A RESISTÊNCIA NEGRA
NO BRASIL ESCRAVISTA*



INTRODUÇÃO

O personagem central deste livro é o escravo. O enredo é sua resistência permanente a ser um mero objeto nas malhas do sistema. É a história de homens e mulheres vivendo os seus limites.

O primeiro capítulo discute as limitações dos estudos que vêem a escravidão como um sistema absolutamente rígido, quase um campo de concentração, em que o escravo aparece como vítima igualmente absoluta; ou, ao contrário, dos estudos que enfatizam o heroísmo épico da rebeldia. Os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencido no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, às vezes bem, às vezes malsucedidas. Tais negociações, por outro lado, nada tiveram a ver com a vigência de relações harmoniosas, para alguns autores até idílicas, entre escravo e senhor. Só sugerimos que, ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos. Essa abordagem que vê a escravidão sobretudo da perspectiva do escravo, um escravo

real, não reificado nem mitificado, só muito recentemente vem ganhando corpo na historiografia brasileira.

O capítulo seguinte discute um aspecto dessa resistência silenciosa. Em várias regiões do Brasil — assim como em outras regiões escravistas do Novo Mundo — os escravos frequentemente brigaram e conseguiram obter dos senhores o direito a um pedaço de terra para sua subsistência e até o direito de vender algum excedente da produção. Trata-se da chamada “brecha camponesa”, assunto a que *Ciro Cardoso* dedicou todo um livro recentemente. A “brecha” podia interessar aos senhores como fator de redução dos custos de manutenção da escravaria ou como estratégia de controle social, mas seu tamanho — medido quer em tempo de trabalho, quer em espaço cultivado — era sempre objeto de disputa. O barão de Pati do Alferes e os cafeicultores fluminenses em geral tinham uma consciência cristalina de manipulação da brecha como mecanismo de dominação ideológica. Suas idéias a esse respeito podem ser examinadas com grande margem de segurança. Contudo, infelizmente, não podemos conhecer o pensamento de seus escravos sobre a matéria senão através das entrelinhas de um manual de fazendeiro escrito pelo barão, cartas e outros documentos, onde percebemos que o que aparentava ser concessão senhorial resultava de barganhas entre senhores e escravos, barganhas cheias de malícias de ambas as partes. Se os barões cedem e concedem, é para melhor controlar. Onde os escravos pedem e aceitam, é para melhor viver, algo mais que o mero sobreviver.

As reivindicações, e mesmo a luta dos escravos nos engenhos ou fazendas, não se esgotavam na defesa de padrões materiais de vida, mas incluíam, no mesmo passo, a defesa de uma vida espiritual e lúdica autônoma. Ao lado de demandas por terra e melhores condições de trabalho, os rebeldes do engenho Santana, na Bahia, também exigiam o direito de poderem “cantar, folgar e brincar” sem consentimento prévio do feitor (ver apêndice 1). Numa outra ocasião, em 1828, os escravos e libertos de um terreiro de candomblé na periferia da cidade da Bahia protestaram, usando as vias legais do sistema, contra a invasão e depredação de seu templo pela po-

lícia. No terceiro capítulo discutimos como esses filhos-de-santo não se intimidaram diante do arrogante juiz de paz da freguesia e não se acanharam em levar sua queixa à maior autoridade da província. Fazendo alianças com libertos, crioulos e mesmo brancos, ou procurando esconder-se atrás das costas largas de seus senhores, os escravos afirmavam seu direito de tocar, dançar, cantar e brincar em homenagem a seus deuses, sem a intromissão da polícia. Poucas instituições negras desenvolveram e aperfeiçoaram como o candomblé a sabedoria da negociação escrava.

Quando a negociação falhava, ou nem chegava a se realizar por intransigência senhorial ou impaciência escrava, abriam-se os caminhos da ruptura. A fuga era um deles. Os escravos fugiam pelos mais variados motivos: abusos físicos, separação de entes queridos por vendas ou transferências inaceitáveis ou o simples prazer de namoro com a liberdade. Conhecedores das malhas finas do sistema, escapavam muitas vezes já com intenção de voltar depois de pregar um “susto” no senhor e, assim, marcar o espaço de negociação no conflito. Quando davam sorte, conseguiam; quando não, voltavam pelo laço de um capitão-do-mato mais ligeiro e competente. Outras fugas — que também podiam acabar mal — visavam e muitas vezes conseguiam ser um compromisso mais definitivo com a vida livre. Eram rupturas reais com a dominação senhorial. Essa última opção tornou-se bem popular ao longo da segunda metade do século XIX, quando as idéias anti-escravistas e a formação de núcleos urbanos maiores e próximos a áreas densamente escravistas proporcionaram refúgio material e ideológico aos fugitivos. A soma de fugas individuais e coletivas frequentemente resultava em quilombos onde os fugitivos tentavam inventar a liberdade na “terceira margem” do regime escravocrata.

Se o quilombo ainda permitia alguma convivência, embora incômoda e perigosa com o sistema, as revoltas significavam ruptura absoluta e quase sempre trágica para os escravos nelas envolvidos. Mas a própria possibilidade de rebelião — bem como de fugas e quilombos — funcionava como um limite aos excessos de tirania senhorial. Pode-se dizer, sem

pieguismo, que o sacrifício dos rebeldes não foi em vão, pois os que não entravam nos levantes, e mesmo os levantados cujas vidas os senhores poupavam para evitar prejuízo, podiam passar a manipular o medo senhorial de nova rebelião. Esses temas e outros sobre enfrentamentos críticos entre senhores e escravos fazem parte do quarto capítulo.

Fugas, quilombos e revoltas ocorriam mais frequentemente quando os escravos percebiam que os homens livres, os brancos sobretudo, estavam divididos. Nos dois últimos capítulos exemplificamos tal situação com dois estudos de caso baianos.

Na Bahia, terra de densa e inquieta população escrava, a separação de Portugal dependeu de uma guerra que dividiu não apenas portugueses e brasileiros, mas diversos grupos entre estes últimos. Ao longo da luta, escravos, libertos e homens livres — na sua maioria crioulos e mulatos — tentaram romper o cerco racial e social do paradigma colonial e ganhar um lugar melhor no Brasil independente. Foram barreados pela elite, que conseguiu imprimir uma direção conservadora à “revolução” da Independência. Foram também desfavorecidos pela falta quase absoluta de unidade. Os agitadores branco-mestiços federalistas e republicanos não fizeram da abolição causa sua. Os escravos crioulos insinuaram desejos de se libertarem com o país, mas não incluíram africanos natos no projeto. Talvez uns poucos escravos africanos ladinos tenham também pensado e falado em liberdade tal como os crioulos, mas entre eles prevaleceriam as tentativas de rebeliões fortemente étnicas, localizadas, de pouca monta, uma delas terminada com um verdadeiro massacre dos insurretos. A Guerra da Independência, no entanto, enfraqueceria o controle individual da escravaria e as fugas se multiplicariam para não mais voltar ao nível “normal” de antes.

Na Bahia, o período que se seguiu à Independência viu crescer a insubordinação dos escravos africanos e seus aliados libertos. Muitas revoltas aconteceram antes daquela mais espetacular, em 1835, tema do último capítulo. A chamada revolta dos malês foi capitaneada por escravos e libertos muçulmanos, principalmente nagôs e haussás, que organizaram uma

sofisticada rede conspiratória. Dela também participaram escravos não islamizados, em geral mobilizados em função de pertencerem à etnia africana majoritária na Bahia da época, os nagôs. Embora a revolta não tenha sido obra exclusivamente de nagôs e muçulmanos *escravos*, pois dela também participaram *libertos* africanos, o movimento estava diretamente relacionado com as relações escravistas na cidade da Bahia. Ali, escravos e libertos, trabalhando juntos no sistema de ganho ou simplesmente vivenciando a maior flexibilidade (inclusive do anonimato) proporcionada pelo ambiente urbano, desenvolveram ou aprofundaram solidariedades étnicas e religiosas a partir das quais puderam organizar um discurso convincente de crítica à escravidão baiana. A rebelião teve uma multiplicidade de sentidos religiosos, étnicos e classistas, que se entrecruzaram num momento de crise da hegemonia senhorial numa Bahia politicamente dividida.

Tratamos, portanto, no decorrer do livro, de atitudes às vezes paradoxais na aparência, mas atitudes concretas, pois a vida concreta do escravo era algo como um jogo de capoeira — luta, música e dança a um só tempo. Quilombolas que reivindicam liberdade para “brincar, folgar e cantar”; religiões de santos guerreiros e santos de paz.

• • •

A maioria dos capítulos apareceu em revistas especializadas, de circulação limitada e difícil acesso ao público, cada vez maior, que se interessa pelos assuntos aqui tratados. Para esta edição, os autores discutiram e revisaram o texto original, acrescentando novas informações e fazendo algumas mudanças de estilo e argumentação. Os capítulos “Entre Zumbi e Pai João”, “A função ideológica da brecha camponesa” e “Fugas, revoltas e quilombos” foram escritos por Eduardo Silva; “Nas malhas do poder escravista”, “O jogo duro do Dois de Julho” e “O levante dos malês”, por João José Reis. Esses estudos são frutos de pesquisas no Rio de Janeiro e

Bahia, e da constante troca de idéias entre os autores há, pelo menos, quatro anos.

Trabalhos de pesquisa não se fazem no isolamento. Gostaríamos de agradecer, pelos comentários e informações, a Américo Jacobina Lacombe, Francisco de Assis Barbosa, Rosa Maria Barboza de Araújo, Vivaldo da Costa Lima, Yvonne Maggie, Julio Braga, Renato da Silveira e especialmente Paulo César Souza, que além de comentar partes do texto também funcionou como conselheiro editorial. Amélia e Graça foram leitoras particularmente cuidadosas.

Queremos registrar ainda o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia.

*Eduardo Silva
João José Reis*

Novembro de 1988

1

*ENTRE ZUMBI E PAI JOÃO,
O ESCRAVO QUE NEGOCIA*

A imensa massa populacional que se transferiu do continente africano para a colônia portuguesa não pode ser analisada apenas como “força de trabalho” e, por isso, muitos historiadores, hoje, procuram discernir os caminhos, nem simples nem óbvios, através dos quais os escravos fizeram história. Um fator do possível, parodiando Goldmann, mas que não pode ser esquecido.¹

A longa experiência colonial, no tocante às formas básicas de relacionamento, tem sido sintetizada através de uma dicotomia que permanece extremamente forte em nossa mentalidade coletiva. De um lado, Zumbi de Palmares, a ira sagrada, o treme-terra; de outro, Pai João, a submissão conformada.²

Um outro campo de reflexão pode ser encontrado, ainda, em certos padrões de relacionamento, de negociação, que aparecem desde os primeiros tempos e que não podem ser explicados apenas pela via do paternalismo, mas que são, em boa medida, forçados pelos próprios escravos. Esses procedimentos não passaram despercebidos aos contemporâneos. “Uns chegam ao Brasil”, escreve Antonil, “muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida. Outros, em poucos anos saem ladinos e espertos, assim para aprenderem a doutrina cristã, como para buscarem modo de passar a vida.”³ Estes, os “ladinos e espertos”, é que construiriam o

vigoroso edifício de sincretismos de que somos herdeiros: o sincretismo religioso, lingüístico, culinário, musical etc. De fato, como já foi tantas vezes estudado, as culturas negras, isoladas na diáspora, nos limites da pressão humana, tudo digerem e tudo transformam no objeto novo que será o Brasil.

O simples exame da participação dos cativos na população total do país, altíssima até os inícios do século passado (Quadro 1), nos permite duvidar que uma sociedade com tal desproporção entre homens livres e escravos pudesse gozar de alguma estabilidade sem que, ao lado da violência, ou melhor, do "temor da violência", não passassem poderosas correntes de negociação e sabedoria política. Esta suposição reforça-se quando verificamos que nas revoltas, como as do ciclo de 1835, na Bahia, os libertos podiam formar lado a lado com os escravos.

No Brasil como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema. Trata-se do heroísmo prosaico de cada dia. "Apesar das chicotadas, das dietas inadequadas, da saúde seriamente comprometida ou do esfacelamento da família pela venda, os escravos conseguiram viver o seu dia-a-dia", conforme analisou Sandra Graham. "Relativamente poucos, na verdade, assassinaram seus senhores, ou participaram de rebeliões, enquanto que a maioria, por estratégia, criatividade ou sorte, ia vivendo da melhor forma possível."⁴ Como verbalizaram os próprios escravos, no Sul dos Estados Unidos, "os brancos fazem como gostam; os pretos, como podem".⁵

A QUESTÃO DAS FONTES

A abordagem da escravidão a partir do escravo pode esbarrar, contudo, em alguns problemas sérios. O mais conhecido e lamentado destes é, sem dúvida, a carência de fontes. O historiador, contudo, está condenado a trabalhar com as fontes que encontra, não com as que deseja. Esta é, aliás, a sua sina, ciência e arte. É necessário, pois, relativizar o pro-

blema das fontes, não imaginando nunca que ele possa impedir os avanços. A escravidão é um dos temas mais dinâmicos da historiografia brasileira e, afinal, Rui Barbosa não pode ser eternamente responsabilizado pelo que não fez.⁶

QUADRO 1

Participação de homens livres e escravos na população total

| | 1789 | | 1818 | | 1864 | |
|----------|-----------|-----|-----------|-----|------------|-----|
| | N | % | N | % | N | % |
| Livres | 1 666 000 | 51 | 1 887 900 | 49 | 8 530 000 | 83 |
| Escravos | 1 582 000 | 49 | 1 930 000 | 51 | 1 715 000 | 17 |
| Total | 3 248 000 | 100 | 3 817 000 | 100 | 10 245 000 | 100 |

Fonte: Perdigão Malheiros, *A escravidão no Brasil*, 2ª ed., São Paulo, 1944, 2 v., pp. 197-8.

Não podemos, por outro lado, desconhecer que no Brasil, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, a documentação diretamente produzida por escravos parece ter sido, realmente, muito pequena. Aqui, como sabemos, menos de um em cada mil escravos sabia ler e escrever (Quadro 2). Por isso, a questão das fontes não parece ser tanto quantitativa, mas qualitativa.

O pouco que temos deve ser adequadamente explorado, eis um primeiro ponto. Qualquer indício que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seus interesses, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos (pela ausência de discursos) podem ser apreendidos através das ações. Tantas vezes considerados como simples feixes de músculos, os escravos falam, frequentemente, através deles. Suas atitudes de vida parecem indicar, em cada momento histórico, o que eles consideravam um direito, uma possibilidade ou uma exorbitância inaceitável.

ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Nas linhas que se seguem desenvolveremos um pouco mais, dada a sua capital importância, a questão do escravo enquanto parte ativa da sociedade. Na verdade, escravos e senhores manipulam e transigem no sentido de obter a colaboração um do outro; buscam — cada qual com os seus objetivos, recursos e estratégias — os “modos de passar a vida”, como notou Antonil.

A questão da “brecha camponesa” ou, em termos mais amplos, da economia própria dos escravos, será objeto do próximo capítulo. Outros aspectos que denunciam a capacidade de criar ou preservar espaços dentro do sistema têm merecido a atenção dos especialistas. Começamos já, em alguns campos, a superar as generalizações mais esquemáticas a que estávamos obrigados até algum tempo atrás. Quanto à valorização do escravo como agente histórico, deve ser ressaltada a contribuição de Antonio Barros de Castro.⁷ A família escrava, mais estável e mais presente do que podíamos imaginar até muito recentemente, tem se esclarecido graças aos trabalhos de Robert Slenes.⁸

QUADRO 2

Proporção de alfabetizados entre os escravos, 1872

| | Homens | Mulheres | Total |
|---------------|--------|----------|-------|
| Alfabetizados | 1 | 0,6 | 0,9 |
| Analfabetos | 999 | 999,4 | 999,1 |
| Total | 1000 | 1000 | 1000 |

Fonte: Adaptação de R. Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 358.

Também a questão da criminalidade, parte integrante da multifacetada resistência escrava, tem mostrado uma face nova, como se vê nos trabalhos de Silvia Lara e Maria Helena Machado.⁹ Outro problema que tem sido estudado, com

grande proveito, é o das manumissões. O aspecto humanitário da concessão das cartas de alforria, por exemplo, foi bastante relativizado graças às pesquisas de Katia Mattoso e Stuart Schwartz. Estudando as cartas de liberdade na Bahia, entre 1684 e 1850, Mattoso e Schwartz revelam que cerca de metade dos libertos obtiveram alforria pela compra e, em torno de um quarto deles, de forma condicional. Ligia Bellini, na mesma trilha, enfatizou a alforria como o feliz resultado de uma negociação cotidiana com o senhor.¹⁰ A vida desses libertos, sua sujeição pessoal e política no Brasil, bem como a comunidade que alguns deles formam em Lagos, na Nigéria, foram estudadas por Pierre Verger, Inês Oliveira e Manuela Carneiro da Cunha.¹¹

Novos estudos, por toda parte, têm sugerido uma outra questão da maior importância: uma parcela não desprezível da população cativa foi capaz de operar com êxito dentro da economia de mercado. Embora o direito dos escravos ao pecúlio só tenha sido reconhecido, em lei formal, muito tardiamente (1871), ele sempre existiu na prática. Com efeito, alguns escravos puderam, à custa de duro empenho, acumular o capital necessário para retirar-se, enquanto pessoa, do rol dos instrumentos de produção.

Além das fugas e insurreições, a liberdade podia ser obtida, ainda, através da criatividade, da inteligência e do azar. Alguns procuram aproveitar conjunturas favoráveis, como Bento, escravo do tenente-coronel Fernando Martins França, que solicitou à Tesouraria Provincial do Paraná empréstimo da quantia necessária à sua alforria, comprometendo-se, em troca, a trabalhar como servente pelo tempo necessário. Outros, como Antonia, escrava de Fausto Bem Viana, esfalfavam-se em serviços extras e depositavam suas economias, de tostão em tostão, na caderneta da Caixa Econômica. Outros, como Domingos, mais confiantes na boa estrela do que em cadernetas, arriscam as economias em bilhetes de loteria e sonham com o prêmio da liberdade. Outros, como os escravos de Morretes, agem em conjunto e, com o apoio do vigário local, solicitam o seu quinhão na esmola que o imperador dera para a libertação de escravos. Outros ainda, recorrem a

expedientes considerados ilícitos, como o roubo, ou espremem o cérebro em complicados planos. A africana Rita e sua filha Vicença, por exemplo, apropriaram-se dos documentos necessários e se fizeram passar por libertas homônimas já falecidas.¹²

A iniciativa dos escravos revela-se, ainda, quando recorrem às autoridades — seja através das irmandades do Rosário, que se organizam desde a era colonial, seja, mais tarde, através dos clubes abolicionistas — contra o arbítrio ou desonestidade dos senhores. A luta, às vezes, podia fazer-se também à moda burguesa, através de pressões para o cumprimento das leis. Felizarda, por exemplo, recorreu ao Poder Judiciário contra Ana Maria da Conceição, sua proprietária, que pretendia abocanhar as economias que amealhara para comprar a própria liberdade. Já Carlota, que pertenceu a Lino Ferreira, obteve a liberdade em Juízo conseguindo provar que tinha sido importada depois da Lei de 1831 — uma lei apenas para “inglês ver”, como se dizia — e lutava, ainda, pela libertação de seus três filhos.¹³

Muito tem sido revelado, recentemente, graças ao exame de questões técnicas relativas à especialização do trabalho. Uma das tecnologias mais complexas da época, a fabricação de açúcar não seria simplesmente viável sem uma negociação, um acordo sistêmico qualquer, entre senhores e escravos. O problema foi muito bem colocado por Schwartz, em dois pontos: o risco de sabotagem, que era enorme, e a necessidade de conhecimentos técnicos específicos. “Na produção de açúcar”, escreve ele, “a sabotagem era um perigo constante. Fagulhas nos canaviais, limão nas tachas, dentes quebrados na moenda — tudo podia arruinar a safra.” Na verdade, a produção açucareira exigia destreza e arte: “O problema nunca se limitava simplesmente a quantidade ou a produtividade dos trabalhadores, mas dependia também de suas qualidades e de sua cooperação”.¹⁴

Mesmo nas fazendas de café, uma atividade muito mais simples quando comparada à agroindústria açucareira, a quebra desse “acordo” provocava grandes transtornos aos

proprietários. Sebastiano, por exemplo, que sempre fora um bom pedreiro, “mestre de seu ofício”, perdeu, em 1856, a — digamos — disposição de colaborar. O proprietário mandou espancá-lo durante um mês inteiro, fazendo de suas costas “uma chaga viva”, mas Sebastiano não se emendava. Se continuassem os castigos, o senhor sofreria o prejuízo da morte de um escravo especializado e, por isso, resolveu vendê-lo o mais rápido possível. Temendo esse tipo de reação obstinada, o barão de Pati do Alferes, dois anos mais tarde, ao desativar uma velha fazenda improdutiva, não ousou — como seria de seu interesse — dividir seus 140 escravos por todas as suas propriedades, segundo as necessidades de cada uma. Preferiu, ao contrário, transferi-los para um único lugar, a fazenda da Conceição, porque “separar aqueles escravos uns dos outros e dividi-los pelas outras fazendas, estando acostumados a viverem juntos em família”, explica ele ao comissário na Corte, “seria, além de impolítico, desgostá-los separando-os de uma tribo”.¹⁵

Fazendeiro experiente, o barão de Pati procurava, no século XIX, ser *político* com seus escravos para evitar o pior. Seguiu, sem o saber, a orientação traçada um século e meio antes por Antonil: “Os que desde novatos se meterem em alguma fazenda, não é bem que se tirem dela contra sua vontade, porque facilmente se amofinam e morrem”.¹⁶ Ou se revoltam, como poderíamos acrescentar.

A capacidade de opor-se aos projetos do senhor foi, algumas vezes, muito forte. Nem sempre os poderosos senhores, ou seus prepostos, conseguiram, mesmo no campo estrito da produção, impor suas vontades, ritmos e interesses. No engenho Santana de Ilhéus, em 1753, os escravos trabalhavam menos de cinco horas por dia e, quando exortados à faina, respondiam, criticando abertamente a alimentação que recebiam, que a “barriga puxa o boi”. O administrador — que temia esse tipo de resposta, fugas e revoltas — já não se atrevia a apreendê-los e, muito menos, a castigá-los.¹⁷

GUERRA E PAZ

Ainda no engenho Santana de Ilhéus, quase quatro décadas depois, em torno de 1789, alguns escravos rebelados expressaram claramente suas posições através de um *Tratado de Paz*. “O documento, notável a muitos títulos”, conforme a justa avaliação de Barros de Castro, “vem levantar uma ponta do véu de ignorância que encobre a atuação dos escravos como agentes históricos, capazes de traduzir os seus interesses em reivindicações e exercer pressões no sentido da transformação do regime que os oprime.”¹⁸

Esse documento — que se encontra no apêndice 1, no final deste volume — foi divulgado originalmente por Stuart B. Schwartz¹⁹ e, desde então, tem suscitado importante debate acadêmico. Pode-se, realmente, defender — como o fizeram Schwartz e Castro —, ou negar — como fez Gorender — o caráter “revolucionário” das propostas expressas no *Tratado*. Seja como for, já não é possível pensar os escravos como meros instrumentos sobre os quais operam as assim chamadas forças transformadoras da história.²⁰ Não podemos, tampouco, pensá-los como um bloco homogêneo apenas por serem escravos. As rivalidades africanas, as diferenças de origem, língua e religião — tudo o que os dividia não podia ser apagado pelo simples fato de viverem um calvário comum. Os insubmissos de Santana de Ilhéus pretendiam jogar o fardo maior do sistema nas costas dos negros “mina”. Mina, no documento, significa “escravos africanos”, em oposição aos revoltosos, que eram crioulos. Perceber esta divisão é extremamente importante porque ela indica possibilidades diferenciadas de negociação: maiores para os “ladinos”, conhecedores da língua e das manhas para “passar a vida”; menores para os africanos recém-chegados, que ainda desconheciam a língua e as regras, os chamados “boçais”.

A história da rebeldia no engenho Santana não parou aí. Nos inícios do século XIX, em 1821, seus escravos novamente depuseram as ferramentas de trabalho e ocuparam as terras durante três anos. Em 1824, com a repressão, uma parte deles se embrenhou nas matas, formando pequenos quilombos, e

outra parte se sujeitou ao trabalho. Poucos anos depois, em 1828, os que permaneceram no engenho ameaçam nova rebelião, provocando uma forte vaga repressiva que se estende também aos quilombos, aliados naturais dos conspiradores. Nesses quilombos, aliás, a tropa punitiva descobriu uma eficiente economia camponesa (ver apêndice 2).²¹

Os proprietários, e a sociedade como um todo, foram sempre obrigados a reconhecer um certo espaço de autonomia para os cativos. Nas terras dos beneditinos, à margem do rio Jaguaribe, em Pernambuco, os escravos assumiram inteiramente — e isso parece ter sido um ponto de honra para eles — a festa de Nossa Senhora do Rosário, sua padroeira. “As despesas que correm são satisfeitas pelos escravos”, anotou um viajante, “(...) e a festa é inteiramente dirigida por eles, três frades oficiariam no altar, mas os foguetes, fogos-de-vista e todos os outros artigos são providenciados pela comunidade escrava.”²² O mesmo poderíamos dizer sobre as festas de padroeiras organizadas, colônia afora, pelas irmandades de cor.²³

A conservação de antigos costumes também faz parte desse quadro. Pensamos, aqui, nas coroações dos reis de congo, tão presentes em Pernambuco, Ceará e outras províncias do Norte;²⁴ ou em outras coroações semelhantes, como aquela de 1748, no Rio de Janeiro, quando o escravo Antônio tornou-se rei da nação rebolo.²⁵ Instituições como essas são, claramente, frutos de uma enorme negociação política por autonomia e reconhecimento social. É nessa micropolítica que o escravo tenta fazer a vida e, portanto, a história.

A FUNÇÃO IDEOLÓGICA DA BRECHA CAMPONESA

A existência de uma margem de economia própria para o escravo promete provocar, em futuro próximo, interessantes debates entre especialistas. Embora razoavelmente estudado nos Estados Unidos e, sobretudo, no Caribe, esse aspecto do sistema colonial escravista tem sido tradicionalmente negligenciado pela historiografia brasileira. Dois motivos parecem ter contribuído para o atraso nesse campo: em primeiro lugar, as correntes mais tradicionais, quando esbarraram com o fenômeno, valorizaram-no unicamente como indicativo da liberalidade dos senhores, sem perceberem, por isso, suas motivações mais profundas. Outras vertentes historiográficas, ao contrário, muito raramente (ou nunca) colocaram o problema. Por falta de um contato mais aprofundado com documentos de arquivo, terminaram por enquadrar a questão em termos puramente lógico-abstratos: o escravo, enquanto *res*, instrumento de produção, propriedade de outrem, não teria, simplesmente, uma economia própria.

Na história concreta, contudo, o escravismo americano freqüentemente admitiu, e mesmo estimulou, a existência de uma “brecha camponesa” para os cativos. Nossa proposta, neste capítulo, é reavaliar a contribuição de um importante documento sobre a cafeicultura escravista — *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*, do barão de Pati do Alferes — para o avanço das discussões sobre

o tema. Desejamos salientar, aqui, não apenas o aspecto econômico dessa prática, como já tem sido ressaltado, mas sobretudo a sua função enquanto mecanismo de manutenção da ordem escravista.

Localizaremos, em primeiro lugar, a *Memória* e seu autor no contexto da cafeicultura fluminense; abordaremos, em seguida, a questão da disciplina no sistema escravista; destacaremos, finalmente, a problemática da “brecha camponesa” como mecanismo de controle ou, em outros termos, a sua função ideológica.

FUNDAÇÃO E CUSTEIO DE UMA FAZENDA DE CAFÉ

Em meados do século XIX, um fazendeiro experimentado — Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Pati do Alferes — dedicou ao filho, Luís Peixoto de Lacerda Werneck, que voltava da Europa com o pomposo título de doutor em direito canônico, um opúsculo onde explicava, de forma simples e direta, a fundação, estrutura e funcionamento de uma fazenda de café. O trabalho, além de ter sido de grande valia para um jovem que, apesar da educação esmerada, estava totalmente despreparado para a vida de fazendeiro, se constituiu em documento de valor inestimável para a história. Trata-se, sem dúvida, da melhor descrição disponível — porque fruto de vivências concretas — do funcionamento de uma empresa escravista na antiga província do Rio de Janeiro.¹

“O livro do barão de Pati”, resumiu Afonso de E. Taunay, “é precioso documento como pintura de sua época, cabe-lhe tanto maior autoridade quanto procede de alguém que nascera, crescera e envelhecera na lavoura. E com efeito, adolescente, presenciara a formação dos primeiros cafezais fluminenses; homem feito, assistira ao surto magnífico daquela enorme lavoura sobre a qual se assentava a prosperidade do Brasil.”²

Introduzido na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, o café espalhou-se, no século se-

Substituição
da
violência
pela
brecha
camponesa
Café
de
Goiás

guinte, por toda a província, da baixada à serra, conquistando o primado da produção brasileira em 1830 e mantendo-se nessa posição de destaque até 1894, quando foi superado pelo rápido crescimento da produção paulista.³ O vale do Paraíba foi, durante todo esse tempo, a terra do café por excelência, ou, no dizer de Couty, o “vale da escravatura e das grandes fazendas”.⁴

O barão de Pati do Alferes pertencia àquela geração de fazendeiros que havia realizado — a partir do acúmulo de experiências e capitais da geração anterior, que conquistara a terra ao índio e ao posseiro — a rápida expansão da cafeicultura fluminense, fazendo surgir plantações imensas, trabalhadas por custosos escravos, onde antes havia apenas o sertão impreciso, ranchos de beira-estrada e roças de subsistência.

Em meados do século XIX, a acumulação sem precedentes de terras e escravos, as novas instalações produtivas nas fazendas, a construção de “palácios” e igrejas na roça, a compra de títulos de nobreza, a importação de objetos de luxo e o embarque dos filhos para estudar na Europa, eram indicativos dos tempos de opulência, do novo *status* e do sucesso na incorporação da estrutura escravista ao mercado internacional.

Escrita em 1847, ou — quem sabe? — no ano anterior, a *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro* pertence ao primeiro ciclo de manuais agrícolas que surgem como fruto das experiências acumuladas com a expansão da cafeicultura. As publicações anteriores — na ausência de aparências concretas — não passaram de meras compilações ou traduções de obras produzidas no exterior. Foi por isso que os amigos conseguiram convencer o autor a publicar um trabalho redigido apenas com o objetivo de informar o filho sobre as coisas práticas da vida de fazendeiro. “Não tinha idéia de apresentar ao vosso esclarecido critério”, escreve ele, “este meu pequeno trabalho. Amigos meus me animaram a fazê-lo recomendando-me que nada há escrito sobre agricultura, pois que só idéias destacadas sobre este ou aquele ramo têm vindo à nossa presença” (1ª ed., p. 5). O comendador Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, futuro

barão de Pati do Alferes, tratava, portanto, de café, serra acima, em terras virgens e férteis, ainda sob a vigência do tráfico negreiro.

Este ciclo de trabalhos escritos por pioneiros encerrou-se, na década de 1860, com o aparecimento de trabalhos progressivamente críticos em relação aos métodos agrícolas tradicionais e às práticas rotineiras que esgotavam a terra e levavam ao colapso econômico.

O opúsculo teve uma acolhida surpreendente para um país não afeito a livros e leituras. A primeira edição saiu sob o título de *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. etc.* (Rio de Janeiro, Tipografia Universal Laemmert, 1847).

A segunda edição apareceu, em 1863, com o título ligeiramente modificado: *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert). Para esta edição, que é póstuma, os editores solicitaram ao filho, já então um experimentado fazendeiro, que revisse e enriquecesse a obra. Embora se limitasse, em suas palavras, “a algumas indicações (...) que não alteram a doutrina do texto”, Luís Peixoto de Lacerda Werneck fez pequenas — mas não inteiramente desprezíveis — modificações quanto à forma. Acresce que os editores, na intenção de tornar a obra “mais compendiosa”, incluíram ainda, em apêndice, alguns artigos do *Manual do agricultor brasileiro*, do major Taunay, obra que datava de 1839.⁵

A terceira edição, de 1878, além de repetir essas modificações, incluiu ainda, em apêndice, trabalhos de outros autores. Com esses acréscimos, esperava-se que o livro se constituísse num verdadeiro “guia prático do fazendeiro”.

A obra, que passou a incluir até anúncios de produtos agrícolas, resultou significativamente modificada. Basta dizer que, enquanto a *Memória* de 1847 é um opúsculo de apenas quarenta páginas, a terceira edição, de 1878, possui nada menos que 377.

Há noticiais, ainda, de uma edição anônima, anterior à primeira, que teria sido publicada, também pela casa Laem-

mert, em data desconhecida (provavelmente 1846), sob o título de *Rudimentos de agricultura brasileira, contendo cultíssimas noções indispensáveis para aplicação e cultura de café, chá, milho, feijão, cana-de-açúcar etc., escritos como fruto de sua longa experiência para instrução do lavrador, por um fazendeiro*.

Seja como for, as edições póstumas da *Memória* (a segunda, de 1863 e, sobretudo, a terceira, de 1878), com as modificações e apêndices, já pertencem ao ciclo de manuais críticos dos métodos tradicionais, que apontamos acima.⁶

DISCIPLINA E ESCRAVIDÃO

A questão do controle perpassava todas as atividades da fazenda escravista. “Os negros são sujeitos a uma fiscalização rígida e o trabalho é regulado como uma máquina”, anotou um viajante.⁷ O barão, sobretudo no capítulo referente às “obrigações do administrador”, fornece elementos sobre a rígida disciplina que, desde a madrugada até a noite, presidia a faina agrícola.

Com o toque de chamada, “meia hora antes de romper o dia”, os escravos formavam, por sexo e por altura, para a revista matinal e partiam para o trabalho. Na volta, à noite, submetiam-se a uma segunda revista e iniciavam a jornada noturna — o serão — que se estendia até às 20h30 ou 21 horas. Findo o serão, ceavam e eram recolhidos às senzalas, de onde não podiam sair até a chamada seguinte, pela madrugada. “Todo o que infringir este preceito policial” determinava o barão, “será castigado conforme a gravidade de caso” (1ª ed., pp. 14-5).

Controle e vigilância, necessidades primaciais da fazenda escravista, influenciavam tudo, até as técnicas de cultura. Os cafezais eram plantados, nos morros, seguindo a linha de maior declive. Esta técnica, como se sabe, era particularmente danosa no vale do Paraíba, onde a inclinação dos terrenos facilitava a erosão que, em poucos anos, descobria as raízes dos cafeeiros e esterilizava a terra. Hoje, ao criticarem

esse sistema, os historiadores têm frequentemente esquecido que os primeiros cafezais foram plantados ao léu, sem qualquer sistema de alinhamento, exatamente para evitar a erosão.⁸ Para compreendermos por que esse sistema foi abandonado é necessário ter em conta que o imperativo de organizar, controlar e aumentar a produtividade do trabalho escravo era maior do que a preocupação em conservar as plantações. Os renques que subiam verticalmente pelas encostas facilitavam, realmente, a erosão. Mas, por outro lado, impediam que os escravos, “perdidos” num cafezal plantado a esmo, remancheassem no serviço. “Este método é melhor para facilitar as capinas e a colheita”, ensina o barão de Pati do Alferes, “dando a cada carreira seu apanhador, que é responsável se não faz o seu dever” (1ª ed., p. 24).

Vigilância e controle impõem, portanto, certas normas organizacionais. Por exemplo: pequenos grupos de trabalhadores, por estarem sujeitos a um controle mais rigoroso, trabalhavam mais. Falando sobre a abertura de caminhos, reparos de cercas etc., o barão de Pati explica que o trabalho deveria ser feito por pequenas turmas, “pois que a prática tem demonstrado que quanto maior é o número, menos rende o serviço”. Em casos de urgência, empregam-se turmas maiores, mas, nesses casos, sempre acompanhadas de um feitor (1ª ed., p. 15).

A necessidade de vigilância tinha origem, principalmente, na falta de estímulo do produtor direto, tanto para aplicar-se quanto para melhorar os métodos de trabalho.

Não exageremos, contudo, esta característica decorrente do próprio sistema escravista. Na prática, esta falta de estímulo econômico podia ser parcialmente compensada através de algumas práticas engenhosas. O barão de Pati ensinava ao filho, em seu livro, como conseguir uma produtividade ótima nas colheitas de café: “um dos melhores expedientes que (em princípio quando os meus escravos não sabiam apanhar café) estabeleci; e de que tirei muito bom resultado, foi o dos prêmios, v. g., marcava cinco alqueires como tarefas, e dizia-lhes: ‘todo aquele que exceder, terá por cada quarta 40 réis de gratificação’; com este engodo que era facilmente observado, con-

segui que apanhassem sete alqueires, que ficou depois estabelecido como regra geral” (1ª ed., p. 21).

A manutenção da ordem oscilava, na fazenda escravista, entre a força e o paternalismo. Além da violência exercida diretamente, os senhores de escravos contavam com o aparelho repressivo do Estado para o controle e manutenção do sistema. Em outro trabalho examinamos, através de episódios cotidianos, o barão de Pati do Alferes fazendo uso, para a subordinação de seus escravos, do Calabouço, Casa de Correção, delegacias de Petrópolis, Estrela, Pilar e Iguaçu.⁹ Um outro mecanismo, dos mais eficazes, de controle e manutenção da ordem foi, sem dúvida, a religião. “O escravo deve ter domingo e dia santo”, escreve o barão, “ouvir missa se a houver na fazenda, saber a doutrina cristã, confessar-se anualmente: é isto um freio que os sujeita, muito principalmente se o confessor sabe cumprir o seu dever, e os exorta para terem moralidade, bons costumes, e obediência cega a seus senhores, e a quem os governa” (1ª ed., p. 16).

Muitos anos mais tarde, temendo as insurreições negras, o barão encomendou ao comissário vários objetos de altar e requereu ao bispo do Rio de Janeiro licença para dizer missa em suas fazendas. “A religião é um freio”, escreve ele ao comissário, “e não há remédio senão irmos com os costumes dos nossos antepassados, em que se pregava sério o Evangelho, e ouvia-se com mais freqüência o nome de Deus.”¹⁰

A BRECHA CAMPONESA

Um outro mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista foi a criação de uma margem de economia própria para o escravo dentro do sistema escravista, a chamada “brecha camponesa”. Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravidão, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão. Esta economia própria do escravo dentro dos latifúndios agroexporta-

dores tem merecido diferentes abordagens e denominações: *protocampesinato* (Sidney W. Mintz), *brecha camponesa* (Tadeusz Lepkowski), ou mesmo *sistema do Brasil* (como ficou conhecido nas Antilhas).¹¹

Alguns autores — como Antônio Barros de Castro, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva — pretendem ver a instituição, fundamentalmente, como uma conquista do escravo. Castro, por exemplo, procura indagar “se a prática em questão não surge do entrelaçamento de senhores e escravos: estes, procurando construir um espaço próprio, aqueles, divididos, resistindo em parte, cedendo em parte (inclusive por perceber os possíveis benefícios trazidos pelas roças de mantimentos)”.¹²

A hipótese, embora sugestiva, ainda precisaria ser apoiada em evidências mais conclusivas. Na verdade, a documentação disponível para o Rio de Janeiro do século XIX aponta insistentemente para o aspecto da segurança, mais do que para o interesse em minimizar os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho. Os cafeicultores do município de Vassouras, por exemplo, preocupados com o perigo das insurreições negras, reuniram-se, em agosto de 1854, e recomendaram, ao final, um conjunto de seis medidas “prudentes e moderadas” que deveriam ser adotadas em todas as fazendas. As três primeiras eram medidas diretamente repressivas: manter, nas fazendas, uma determinada proporção entre pessoas livres e escravos; manter armamento correspondente ao número de pessoas livres; manter os escravos sob vigilância.

As demais medidas não apelavam diretamente para a força, mas para a ideologia: “permitir e mesmo promover divertimentos entre os escravos (...) quem se diverte não conspira”; “promover por todos os meios o desenvolvimento das idéias religiosas”; e, finalmente, “permitir que os escravos tenham roças e se liguem ao solo pelo amor da propriedade; o escravo que possui nem foge, nem faz desordens”.¹³

É interessante notar que essas concessões — ao menos no Rio de Janeiro do século XIX — não se restringiram apenas ao

cultivo de produtos de subsistência, mas incluíam mesmo a cultura principal, de exportação. “O fazendeiro deve”, escreve o barão no seu livro, “o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra aonde os pretos façam as suas roças; plantem seu café, o seu milho, feijões, bananas, batatas, carás, aipim, canas etc.” (1ª ed., p. 16).

É preciso ter em conta, contudo, que as três dimensões da autonomia estrutural que caracterizariam uma economia camponesa — a segurança no acesso à parcela, o grau de relação direta com o mercado e, finalmente, o grau de gestão sobre os recursos disponíveis — não se realizam, no Rio de Janeiro do século XIX, senão de forma muito incompleta. A relação direta do escravo com o mercado devia ser vetada, segundo o barão de Pati: “Não se deve porém consentir que a sua colheita seja vendida a outrem, e sim a seu senhor, que deve fielmente pagar-lhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna” (1ª ed., p. 16).

O próprio barão, aliás, através de suas tropas, realizava a comercialização do café proveniente das roças dos escravos. Sabemos, por exemplo, que, em dezembro de 1853, o “produto do café dos escravos da Piedade” rendera 373\$687.¹⁴ A prática de permitir um espaço de economia própria para os escravos e de comercializar os seus produtos prosseguiu depois da morte do barão. No diário que sua filha Maria Isabel manteve durante o ano de 1887 encontramos seguidas menções a essa prática.¹⁵

Notemos, por fim, que a economia própria dos cativos não se limitava à “brecha camponesa”, mas incluía a possibilidade, em alguns casos especiais, de remuneração. Luís Corrêa de Azevedo, no apêndice à edição de 1878, explica o método usado por José Vergueiro, em São Paulo, para as replantas do cafezal. As mudas eram cultivadas em pequenos cestos de cipó, com 22 centímetros de diâmetro. “Esses cestinhos, que são feitos rapidamente”, explicava ele, “constituem uma indústria dos pretos e pretas velhos, que nisso se ocupam aos domingos e dias de guarda, e que os vendem ao fazendeiro, aos centos, à razão de 40 réis cada um.”¹⁶

Sem negar que a “brecha camponesa” tenha cumprido um papel econômico importante (minimizar os custos de manutenção e reprodução da escravaria), procuramos ressaltar, no correr do trabalho, o seu papel como mecanismo de controle da força de trabalho.

O espaço de economia própria servia para que os escravos adquirissem tabaco, comida de regalo, uma roupinha melhor para mulher e filhos etc. Mas, no Rio de Janeiro do século XIX, sua motivação principal parece ter sido o que apontamos como válvula de escape para as pressões do sistema: a ilusão de propriedade “distrai” da escravidão e prende, mais que uma vigilância feroz e dispendiosa, o escravo à fazenda. “Distrai”, ao mesmo tempo, o senhor do seu papel social, tornando-o mais humano aos seus próprios olhos. “Estas suas roças, e o produto que delas tiram, faz-lhes adquirir certo amor ao país, distraí-los um pouco da escravidão, e entreter com esse seu pequeno direito de propriedade. Certamente o fazendeiro vê encher-se a sua alma de certa satisfação quando vê vir o seu escravo da sua roça trazendo o seu cacho de bananas, o cará, a cana etc.” (1ª ed., p. 17).

O sistema escravista — como qualquer outro — não poderia, evidentemente, viabilizar-se apenas pela força. “O extremo aperreamento desseca-lhes o coração”, escreve o barão justificando a economia própria dos escravos, “endurece-os e inclina-os para o mal. O senhor deve ser severo, justiceiro e humano” (1ª ed., p. 17).

O fato de que esse “pequeno direito de propriedade” se destine, primordialmente, a prender o escravo à fazenda, não anula sua importância — tanto econômica quanto psicológica — para um produtor direto “embrutecido” por severas relações de produção. Com efeito, os escravos lutam tanto para manter quanto para ampliar esse direito. O melhor exemplo disponível, nesse caso, vem dos escravos que se rebelaram no século XVIII, no engenho Santana de Ilhéus. Eles exigiam claramente, entre as condições para voltarem ao trabalho, a ampliação da “brecha camponesa”.¹⁷